

# **GOVERNAMENTALIDADE, EXCESSOS DO PODER, LUTAS PELA VIDA**

Guilherme Castelo Branco<sup>1</sup>

**RESUMO:** As duas grandes Guerras Mundiais, e todo um heteróclito conjunto de guerras regionais que não param de surgir e que constituem uma lista interminável de conflitos armados, fazem de nossa época um paradoxal período no qual convivem refinamento intelectual, sofisticação tecnológica, inventividade científica, brutalidade policial, violência de Estado, genocídios de todas as ordens, indiferença e desprezo com a dor humana. Este paradoxo de nosso tempo desafiou inúmeros filósofos ao longo do século vinte, entre eles Michel Foucault. Neste trabalho, sob o tema mais geral da gestão política da população, analisamos alguns nexos entre excessos de poder e luta pela vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Foucault, Michel; Governamentalidade; Excessos Do Poder; Resistências ao Poder; Lutas pela Vida; Filosofia Política.

**ABSTRACT:** Both great World Wars, and an entire heterogenous set of regional wars that are constantly arising, and which are a long list of armed conflicts, make our time a paradoxical period in which all these things live together: intellectual refinement, technological sophistication, scientific inventiveness, police brutality, State violence, genocides of all orders, indifference

and contempt towards human pain. This paradox of our time has challenged many philosophers throughout the twentieth century, among them Michel Foucault. In this paper, under the more general topic of political management of the population, we analyze some links between excesses of power and struggle for life.

**KEYWORDS:** Foucault, Michel; Governmentality; Excesses of Power; Resistance; Struggle for Life; Political Philosophy.

A análise política da modernidade dá à filosofia sua razão de ser. Foucault parte desta problematização: “creio que desde o século XVIII o grande problema da filosofia e do pensamento crítico sempre foi, ainda é, e creio que continuará a ser o de responder à questão: o que é esta razão que nós utilizamos? Quais são seus efeitos históricos? Quais são seus limites e quais são seus perigos?

(...) Se os intelectuais, de modo geral, têm uma função, se o pensamento crítico tem uma função, e se, mais precisamente ainda, a filosofia tem uma função no interior do pensamento crítico, é exatamente o de aceitar esta espécie de espiral, esta espécie de porta-giratória da racionalidade que nos remete à sua necessidade, ao que ela contém de indispensável, e, ao mesmo tempo, aos perigos que ela comporta (FOUCAULT, 1994, vol. IV, p. 279).

A racionalidade política contemporânea levou a muitos abusos do poder e a muitos excessos e desmedidas; entretanto, não estamos falando apenas de acontecimentos do passado. Que a razão possa caminhar de mãos dadas com a irracionalidade política é um fato paradoxal, uma vez que a ciência e a tecnologia trouxeram também benefícios e contribuições positivas para a vida de muitas pessoas. Por este motivo, o filósofo procurou forjar um instrumental teórico que lhe permitisse analisar as diversas técnicas de poder que foram sucessivamente praticadas no mundo ocidental, nos últimos séculos. As técnicas de poder que Foucault procurou analisar tendo por foco o presente histórico fazem parte do que o filósofo denominou, de maneira geral, de “governamentalidade”<sup>2</sup>, conceito que tem variadas acepções, entre as quais esta a seguir:

(...) por “governamentalidade”, eu entendo que é a tendência e a linha de força que, em todo o Ocidente, nunca deixou de conduzir, e de há muito, para a proeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo”<sup>3</sup> sobre os demais: soberania, disciplina, e que levou, por um lado, ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado] ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2004, p. 111-112).

Foucault tem a percepção de que a explicação do poder através do papel do Estado e das instituições não pode dar conta de todos os campos reais e efetivos nos quais o poder acontece. O poder tem tal alcance e está tão disseminado nos múltiplos lugares da vida social que, em certos casos, pode levar a certos abusos e a certas patologias do poder que estão conectadas ou sintonizadas com segmentos importantes do mundo social e político, tão extensos e disseminados no mundo social que não se restringem nem poderiam estar limitados ao campo circunscrito da esfera estatal. A prática efetiva do poder, desde o começo do século XX, não se limita ao âmbito do Estado; antes disto, está articulado a uma série de parceiros e instituições que compartilham, numa gigantesca rede, de todo um domínio de poder e de intervenção social que vai das grandes instituições até os pequenos acontecimentos e relações interpessoais.

No século XX, quando o assunto em pauta são as ocorrências de violência política, ou mesmo policial, um fato irrefutável surge diante de nossos olhos: os assassinatos, os campos de extermínio, as perseguições, a violência disseminada, a brutalidade, tudo está bem claro. A brutalidade tem localização diversificada, pode às vezes ser pontual

ou atingir diversos países ao mesmo tempo. Nada mais em desacordo com os ideais da Modernidade e com as crenças no poder da razão. Os direitos dos povos e das coletividades, por sua vez, não têm sido assegurados, ao longo do tempo e nos diversos continentes, o que deixa brechas para que surjam o descaso, o desrespeito, a violência cega, no passado e na atualidade.

Todavia, não estamos falando, quando o que está em questão são os excessos de poder, de um fenômeno ideológico especial nem mesmo de um fato histórico particular e localizado, como o nazismo e o stalinismo e a segunda guerra mundial; temos diante de nós, isto sim, uma tecnologia de poder nascida em meados do século XVIII, cujo alvo é a regulação da população, que Foucault denomina “(...) biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, 1997, p. 214). Este novo poder funcionaria diferentemente do poder de soberania, que “fazia morrer e deixava viver” (FOUCAULT, 1997, p. 220), ao passo que “(...) agora surge um poder que eu chamaria de regularização, e que consiste, pelo contrário, em fazer viver e deixar morrer” (Ibidem). Tal modalidade de uso do poder, para exemplificar, teve uma versão de extrema violência, nos tempos do Terror de Estado, na Argentina. Foi um tempo de eliminação de pessoas sob uma justificativa política de salvaguardar a nação latino-americana das ameaças do comunismo internacional. Tal perseguição política não deixava de ter componentes biológicos, pois o militante político caçado e eliminável é percebido como sendo portador de características genéticas e traços biológicos perigosos para o restante da sociedade.

Em *Il faut défendre la société*, Michel Foucault demonstra sua indignação com o fato de que o Estado moderno tenha passado a eliminar sua própria população, o que contraria seus objetivos e sua razão de ser:

Como um poder como este [o biopoder] pode matar, se ele na verdade cuida essencialmente de majorar a vida, de prolongar sua duração, de aumentar suas chances, e afastá-la dos acidentes, de compensar suas deficiências? Como, nestas condições, é possível, para um poder político, matar, pedir a morte, causar a morte, fazer morrer, dar a ordem de matar, expor à morte não somente seus inimigos, mas também seus cidadãos? Como este poder que tem por objetivo fazer viver pode deixar morrer? (FOUCAULT, 1997, p. 226-227)

Para Foucault, a história da razão, nos últimos três séculos, consiste no crescente avanço de diversas tecnologias de poder, constitui-se de diversas e sucessivas técnicas de controle da subjetividade e das populações, o que faz da racionalidade política uma estranha e questionável conquista no campo histórico-social. Todos nós vivemos em tempos de espantosos excessos de poder político, que estão acompanhados de genocídios e eliminações de extrema violência, justamente no século XX, em plena modernidade. Se o fascismo e o stalinismo são considerados patologias do poder, pois através delas crimes terríveis foram cometidos, Foucault alerta, com muita pertinência, que “o fascismo e o stalinismo utilizaram e alargaram mecanismos já existentes na maioria das outras sociedades. Mas não somente isto; malgrado sua loucura interna, eles utilizaram, em grande medida, as idéias e os procedimentos de nossa racionalidade política” (FOUCAULT, 1994, vol. IV, pág. 224). A racionalidade política, acompanhada dos conhecimentos técnicos e científicos, tem realizado as mais diversas modalidades de crimes e assassinatos em massa, em distintas escalas, em práticas que vão da guerra ao descaso

com os não cobertos pela seguridade social, de maneira a que tal articulação se passe nos mais diversos campos de intervenção social, tais como os campos jurídico, médico, militar, pouco importa, desde que funcione algum modo de controle, de exclusão, de eliminação.

O papel da filosofia, segundo Foucault, foi e continua a ser o procurar impedir a razão de ultrapassar seus limites, ainda que seu poder de intervenção seja irrisório. A burocracia e os campos de concentração e de extermínio, com todo o seu aparato técnico-científico, com todas as competências funcionais a seu serviço, são prova cabal deste excesso da racionalidade em nossa época. A questão filosófica, portanto, não é de ordem moral, vinda da refutação do uso da racionalidade em nome de valores humanos, nem é a de procurar ter êxito na contestação do poder da razão, em nome de um campo extra racional. A crítica filosófica deve possibilitar que tenhamos consciência, a partir da análise histórica da vida social, observando os seus campos particulares e “menores” “(...) nós nos tornamos prisioneiros de nossa própria história” (FOUCAULT, 1994, vol. IV, pág. 225).

Vale a pena ressaltar que duas ideias seminais apresentadas no *Sécurité, territoire, population*, a saber, a governamentalidade e o golpe de estado, não são antagônicas, apesar das aparências. A linha de argumentação de Foucault é muito evidente: a partir dos fins séc. XVII, inicia-se uma nova era do poder, que vem substituir a era da soberania. A nova era traz a governamentalidade como tecnologia do poder, e sua vocação principal é a gestão e administração da população, a regulação das atividades econômicas, assim como a articulação e o planejamento estratégico da vida sócio-econômica. Já na soberania, o eixo mais importante é

a vontade e as artimanhas do soberano nas artes de dominar os cidadãos. Na governamentalidade, o mundo democrático, feito a partir da decisão popular e amparado nas leis, segundo Foucault, seria um mundo da gestão dos interesses da população, considerada enquanto categoria abstrata. Tudo seria liso e sereno, se não entrasse em jogo a ideia de golpe de Estado, ou seja, a ideia de que a governamentalidade traz em si mesma um aspecto absolutamente inusitado, quando se pensa em certas condições excepcionais, mas não tão fora de esquadro com muitos podem imaginar, pelas quais as regras do jogo político passam a ser ameaçadas e são anuladas. É neste ponto limítrofe que se inicia o golpe de estado, entendido enquanto iniciativa e ação feitas pelo próprio Estado.<sup>4</sup>

Segundo o filósofo francês, que se apoia no teórico do séc. XVII G. Naudé, o golpe de Estado é “(...) para começar, uma suspensão, uma paralização das leis e da legalidade. O golpe de Estado é o que excede o direito comum” (FOUCAULT, 2004, pág. 267). Como se pode observar, o Estado, em seu exercício racional e gestor das instituições deveria ter um caráter absolutamente administrativo; entretanto, pode passar a ter um rosto completamente diferente, segundo suas conveniências: “quando a necessidade exige, a razão de Estado converte-se em golpe de Estado, e, neste momento, é violenta. Violenta, ou seja, ela é obrigada a sacrificar, a amputar, a fazer o mal, e ela é constrangida a ser injusta e assassina” (FOUCAULT, 2004, pág. 269). Tal violência, ademais, é e deve ser teatral, não somente para impactar, mas também para mostrar que sua intervenção é durável ou irreversível. Finalmente, o Estado leva muito longe o desejo de reparação no golpe de estado, justificando, em muitos casos, o teatro político. Com



efeito, “(...) o golpe de Estado é violento. Ora, como o golpe de Estado nada mais é do que a manifestação da razão de Estado, nós chegamos à ideia de que não existe antinomia, no que concerne ao Estado, pelo menos, entre razão e violência<sup>5</sup>. É possível se afirmar, inclusive, que a violência de Estado, nada mais é do que a manifestação abrupta, de certo modo, de sua própria razão” (FOUCAULT, 2004, pág. 270). Ao fim e ao cabo, a noção de golpe de estado é inerente ao Estado, razão pela qual se justifica a expressão Terrorismo de Estado, que é a manifestação da violência do Estado face à sua população e ao sistema legal.

As relações de poder e as técnicas de controle postos em prática nos tempos de biopolítica se fazem tanto sobre as populações como sobre os indivíduos, e as lutas políticas se fazem seja em escala macropolítica seja em escala micropolítica, tendo como ponto limítrofe a violência inominável dos golpes de estado. Em consequência, a oposição entre governamentalidade (gestão) e golpe de estado (violência) parece ser meramente retórica, e traz a grande lição de que a política, na modernidade, acarreta e aceita “(...) violências como sendo a forma mais pura da razão e da razão de Estado” (FOUCAULT, 2004, pág. 272-273). Na raiz e no cerne da racionalidade política está a violência, a tendência ao genocídio e ao extermínio, fato irrefutável do presente histórico. O Estado e o crime de estado, o Terrorismo de Estado, são manifestações da própria razão de ser do Estado. Eles coabitam na paradoxal interface entre legalidade e violência. Todavia, há que se manter a fé nas lutas de resistência e pelos direitos das populações, pois os crimes perpetrados pelos Estados não podem ser nem duráveis nem

constantes. O Estado de Exceção, o Estado de Sítio é uma possibilidade política e jurídica ocasional, que ocorre às vezes num determinado país, em certas condições, num período de tempo. Nunca houve, na história, um Estado de Exceção que tenha durado séculos, devido às constantes lutas agonísticas das populações e da sociedade organizada<sup>6</sup>.

Podemos indicar agora alguns excessos de poder seguindo a sugestiva indicação de Foucault apresentada no curto texto “O sujeito e o poder”, de 1982<sup>7</sup>, de que o poder de Estado é ao mesmo tempo totalizador e globalizante. “Nunca existiu, creio eu, na história das sociedades humanas — inclusive na velha sociedade chinesa — no interior das estruturas políticas, uma combinação tão complexa de técnicas de individuação e de procedimentos totalitários” (FOUCAULT, 1994, v. IV, p. 229).

Certamente, o ápice do Terrorismo de Estado não está na eliminação dos indesejáveis<sup>8</sup>, de parcelas da população que foram ou podem passar a ser indesejáveis e elimináveis. O maior poder de eliminação, do qual quase ninguém fala, e Foucault insiste neste ponto, está no paradoxal caráter suicida do Estado: “(...) o que faz com que o poder atômico seja, para o funcionamento do poder político atual, uma espécie de paradoxo difícil de contornar, ou mesmo absolutamente incontornável, é o fato de que, no poder de fabricar e de utilizar a bomba atômica, pôs-se em cena um poder que é o de eliminar vida como tal (...) e de se auto-suprimir, conseqüentemente, como poder de manter a vida” (FOUCAULT, 1997, p. 226). Por outro lado, se pensarmos no estoque de bombas de hidrogênio, e do potencial de destruição absoluta de toda e qualquer forma de vida da vida no planeta, temos que reconhecer que o limiar do Estado, seu ponto máximo, é seu poder de destruição total, de caráter totalmente suicida. Foucault cita, para completar, apenas para tocar no cerne da questão da biopolítica, que

o caráter suicida do Estado chega a seu ápice paradoxal na fabricação de “(...) vírus incontroláveis e universalmente destruidores” (Ibidem).

O reverso da moeda, no detalhe, está no trabalho meticuloso do Estado na eliminação de personagens políticos emblemáticos. Temos o caso de Che Guevara, que incomodou, em tempos de guerra fria, o império americano. Na Bolívia, onde foi preso e assassinado, Che foi vítima direta da organização paramilitar controlada por um ativista de ultra-direita, Klaus Altmann, que na verdade era o capitão da SS Klaus Barbie (conhecido como o “carneiro de Lyon”, por torturar e matar crianças, mulheres e adultos dando risadas), radicado confortavelmente no interior do país latino-americano, sob o beneplácito apoio financeiro da CIA e dos EUA. O que é digno de nota é que, independentemente da ideologia, toda a urdidura da inteligência pode ser levada adiante a serviço do trabalho de eliminação de determinadas pessoas, não importa os meios e quem sejam as pessoas a serviço deste crime e de assassinato.<sup>9</sup>

Foucault aponta, ademais, para um dos poderes mais importantes da atualidade, que realiza eliminação indireta e burocrática: a seguridade social.<sup>10</sup> As tomadas de decisão no campo da seguridade social podem levar as pessoas a condições de extrema fragilidade e impotência, e leva as pessoas a viver em um estado de constante temor. Fazer com que certas pessoas ou grupos sociais passem a não ter mais direito a certos benefícios, ou — o que é mais terrível, a não ter mais direito a um determinado atendimento médico quando eventualmente necessitar, eis uma situação à qual todos nós estamos vulneráveis. Tal processo intimidador leva as pessoas a um estado de submissão perante chantagens e humilhações, em nome de uma possível segurança, que por sinal nunca se mostra categórica, quando se trata de dar segurança aos trabalhadores, dependentes que são do

sistema de seguridade social. O modo de vida das pessoas passa a ser cerceado e vigiado, padrões de normalização são crescentemente postos em ação, pessoas cada vez mais dependentes e assujeitadas são postas e dispostas pelas sutis tecnologias de poder existentes na era do controle e da governamentalidade. As pessoas passam a ser responsabilizadas pelos efeitos médicos e legais da vida que levaram ou ainda levam — se contrárias ao padrão desejável — e podem ser excluídas, caso não se adequem às regras do jogo burocrático e político. E estas regras de seguridade, lembremos, são fluidas, móveis, e nunca deixamos de estar fora de uma possível e eventual situação de risco, que pode nos expor a dificuldades e ao desamparo. Por outro lado, temos a tendência à intimidação dos doentes que não seguem à risca suas dietas e comportamentos durante um tratamento médico, que podem passar a não ter mais atendimento, caso não se comportem como foi determinado.

Sobre a exclusão, devemos lembrar que é da ordem de uma eliminação real, pois a exclusão consiste num modo terrível de elisão, de desaparecimento. A percepção de Foucault é sutil: “(...) por levar à morte eu não penso somente na morte de forma direta, mas também no que pode ser assassinato indireto: O fato de expor pessoas à morte, de multiplicar para elas o risco de morte, ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a exclusão, etc.” (FOUCAULT, 1997, p. 228-229). A multidão dos ameaçados pela fome nos países periféricos, os que abandonam suas casas e países às vezes sem poder levar nada, os grandes contingentes populacionais que vão em busca de uma vida melhor (ainda que seja uma vida humilhada), são milhões aqueles que estão em outros países e continentes, desenraizados, quase sempre tidos como indesejáveis e considerados párias nestes países onde conseguem entrar. A rota de acesso para a entrada nos países “centrais” é perigosa, os caminhos são difíceis, milhares

e milhares de pessoas morrem à mingua em barcos<sup>11</sup>, em meios de transportes inapropriados, ou simplesmente assassinados por contrabandistas de carga humana. Por outro lado, em terras estrangeiras, muitas vezes sem qualquer amparo legal, estas pessoas vivem excluídas do convívio social e dos direitos fornecidos pelo Estado. Convertem-se em trabalhadores pouco custosos e sem nenhum direito social e trabalhista. Os excluídos, os exilados são a carne mais barata do capitalismo, descartáveis e desprezados. A grande massa dos excluídos é constituída pelos estrangeiros, pelos estranhos, pelos apátridas. Eles são os neopobres, surgidos da era da globalização.

Para concluir: se o Estado tem na sua raiz a violência, a resistência ao poder deve visar à eliminação do próprio Estado, dos excessos de poder e do terrorismo de Estado. A resistência ao poder, todavia, não é só política. Tem por objetivo a vida, a preservação da vida, não apenas a defesa de modos de vida; as resistências contra os excessos de poder dos Estados mais importantes são as que sustentam uma luta política maior, sem desmerecer as muitas lutas de resistência, cujo objetivo é a luta pela vida e pela manutenção das diversas formas de vida no planeta, no qual ainda persiste a pequena e tão frágil biosfera.

---

---

## NOTAS

<sup>1</sup>Doutor em filosofia. Coordena o Laboratório de Filosofia Contemporânea da Universidade Federal do Rio Janeiro. Professor Titular do Departamento de Filosofia da UFRJ. Pesquisador do CNPq. Pesquisador da FAPERJ. E-mail: guicbranco@ig.com.br

<sup>2</sup>A governamentalidade, porque é um conjunto de técnicas de gestão que resulta num contexto de poder, não pode ser confundida com a soberania, que preocupa-se, sobretudo, com a conquista e manutenção do poder.

<sup>3</sup>Sobre as expressões utilizadas por Foucault, governamentalidade e governo, remeto ao texto de Alfredo Veiga-Neto, intitulado *Coisas do*

*governo....*, constante nas Referências Bibliográficas do fim deste trabalho.

<sup>4</sup>Neste caso, temos de deixar claro que a noção de golpe de estado, em Foucault, é sinônimo de estado de sítio ou estado de exceção, situação que se desencadeia por dispositivos constitucionais e que é realizado pelo próprio Estado, em caso de ameaça (real ou fictícia) externa ou interna. A noção tradicional de golpe de estado, por sua vez, seria o objeto da análise do filósofo. Através dele torna-se perfeitamente cabível que façamos a associação entre Golpe de Estado e Terrorismo de Estado.

<sup>5</sup>O que assegura nossa interpretação apresentada na nota anterior: o golpe de estado é iniciativa e realização do Estado

<sup>6</sup>Neste sentido a hipótese de Giorgio Agambem sobre a constância do Estado de exceção na modernidade é muito questionável e não se sustenta, pois desmerece o poder das fortes lutas de resistência e por direitos políticos realizados por grupos humanos, em muitas partes do planeta.

<sup>7</sup>Texto 306 do *Dits et écrits*, vol. IV.

<sup>8</sup>Em entrevista ao jornalista Ceverino Reato, o general Jorge Videla revela que em decretos privados, os chefes militares na ditadura na Argentina, entre 1976 e 1981, foram liberados para utilizar a sigla D.F., para fazer com que alguém fosse eliminado. Tal sigla, na gíria militar argentina, ‘disposición final’, dizia respeito aos uniformes ou botas que não servem mais. Neste período a sigla foi aplicada àqueles que foram assassinados por motivos políticos. O próprio Videla afirmou ter escrito a sigla várias vezes em vários relatórios, e calculou que foram eliminadas 9.000 pessoas apenas com tal procedimento.

<sup>9</sup>Como ocorreu, recentemente, na eliminação de Osama Bin-Laden, execução que foi assistida ao vivo pela cúpula da Casa Branca e por Barak Obama.

<sup>10</sup>Quanto ao tema, recomendo o texto 325 do *Dits et écrits*, sob o título “Un système fini face à une demande infinie”.

<sup>11</sup>Ver, a teste respeito, o texto 355 do *Dits et écrits*, ‘Face aux gouvernements, les droits de l’homme’

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *État d'exception, Homo sacer*. Paris: Ed. du Seuil, 2003.

CASTELO BRANCO, G. Atitude-limite e relações de poder: uma interpretação sobre o estatuto da liberdade em Michel Foucault. In: *Verve* n° 13, SP, NU-SOL/PUC-SP.

CASTELO BRANCO, G. Ontologia do presente, racismo, lutas de resistência. In: *Poder, normalização e violência* (Org. Izabel Friche Passos). Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.

CASTELO BRANCO, G. Foucault. In: *Os Filósofos Clássicos da Filosofia*, vol. III (Org. Rossano Pecoraro). RJ: Ed. PUC-Rio- Ed. Vozes, 2009.

DUARTE, A. *Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo* in Para uma vida não-fascista. (Orgs. Margareth Rago, Alfredo Veiga-Neto). Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

DUARTE, A. *Vidas em Risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I. La Volonté de Savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits. 1954-1988*. Paris: Gallimard. 4 vols. Orgs. D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société*. Paris: Ed. du Seuil, 1997.

FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Ed. du Seuil, 2004a.

FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Ed. du Seuil, 2004b.

*Genealogia del racismo*. La Plata: Altamira, 1996